



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão de Saúde 1ª - SUPEL-COSAU1

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90633/2025/SUPEL/RO**Para o **ITEM ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO** com a **reserva** de cota de até 25% para as **ME/EPP****RESUMO DOS DADOS**

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 16/06/2026, às 10:00h (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 11/06/2026, às 10:00h (horário de Brasília).
--	---

OBJETO		
Constitui objeto da presente solicitação a aquisição de Câmaras científicas para vacinas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento para manter a qualidade e eficácia dos imunobiológicos (vacinas).		
FUNDAMENTO:		
Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024, dentre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0002.003603/2025-18		
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br .		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 324.696,60 (trezentos e vinte e quatro mil seiscentos e noventa e seis reais e sessenta centavos)	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Não Se Aplica	Contrato	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no <u>item 29.1. do Termo de Referência.</u> 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no <u>item 30. do Termo de Referência.</u> 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no <u>item 29.6. do Termo de Referência.</u> 4. Qualificação Técnica: Conforme estabelecido no <u>itens 31. do Termo de Referência.</u>		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
não	sim	não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	CONTRATAÇÃO OU AQUISIÇÃO
MENOR PREÇO POR ITEM	Aberto	Aquisição
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
Telefone: 69.3212-9243		cosau1.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		

1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.

2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número **90000** antes do número do certame. (ex.: **90001/2024**)

SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DO OBJETO;
3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
6. DO REGISTRO DA PROPOSTA DO SISTEMA ELETRÔNICO;
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
10. DO RECURSO;
11. DA HOMOLOGAÇÃO;
12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
16. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria nº 110 de 04 de Maio de 2026**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90633/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a **Lei Federal nº. 14.133, de 2021** e **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, a **Lei Complementar nº 123/06** e **Decreto Estadual nº 21.675/2017**, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Secretaria de Estado da Saúde - SESAÚ.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de Câmaras científicas para vacinas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento para manter a qualidade e eficácia dos imunobiológicos (vacinas), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

2.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 10, e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 16, e 36, e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5 Das condições contratuais/garantia contratual: Ficam aquelas estabelecidas no itens 18, e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas no itens 20.7, e 20.8 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no itens 15, e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 15, e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no item 23, e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.10. Das obrigações da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no item 34, e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.11. Das obrigações da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no item 33, e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no item 39. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para **impugnar edital de licitação** por irregularidade na aplicação desta Lei ou para **solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, **devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: cosau1.supel@gmail.com;

3.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

3.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão da Pregoeira quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pela Pregoeira, na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

4.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 28. do Anexo I - Termo de Referência.

4.3.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 24. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

5.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos § 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

6.2. O licitante deverá registrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.7. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.8. No sistema COMPRAS.GOV.BR será lançado o quantitativo (01) um, com o valor total anual estimado do lote, no entanto, as empresas deverão registrar os valores unitários e totais de cada subitem do serviço de acordo com as quantidades descritas no Termo de Referência – Anexo I e na Planilha de Custo – Anexo VI.

6.8.1 A planilha de custos e formação de preços exigida no ANEXO VI do EDITAL deverá ser apresentada após a fase de lances, conforme convocação, observando a ordem de classificação do sistema COMPRAS.GOV.BR.

6.9. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 25. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário** de cada item.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto, conforme item 26. do Anexo I deste edital - Termo de Referência

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

7.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

7.11. Subsidiariamente a utilização do subitem 7.10, caso necessário, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 7.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 6.6.2 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo a Pregoeira examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira, poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.3. O Pregoeiro não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. Sob análise da Pregoeira, **poderão ser convocadas todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares**, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

8.3.1.1. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

8.3.2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

8.4. Para fins de aceitação da proposta a Pregoeira examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.7. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

8.7.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

8.7.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 8.7.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

8.7.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

8.7.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

8.7.4. O procedimento mencionado no item 8.7.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

8.8. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

8.9. Nas licitações relativas a prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, cujo valor estimado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar pelo sistema, após fase de lances será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta de preços, sob pena de não aceitação da proposta em conjunto com a planilha.

8.10. A planilha de custos e formação de preços será analisada pelo setor Técnico de Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços, em atendimento à Portaria nº 12, de 07 de fevereiro de 2023 – DIOF nº 26 de 08/02/2023, a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro de aceite ou recusa da proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar ou remanescentes;

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, até o limite de 03 (três) oportunidades, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12. Será possibilitado a licitante classificada após fase de lances, até o limite de 03 (três) oportunidades para retificação de sua planilha de formação de custos, sendo contado a partir do primeiro ajuste, após à fase de lances, sendo que a Pregoeira concederá o prazo de 24 (vinte e quatro horas), a contar da convocação, para que a licitante encaminhe os documentos via sistema (anexo).

8.13. As licitantes que deixarem de encaminhar suas Planilhas de formação de custos, quando convocadas, serão desclassificadas.

8.14. Antecipando diligência permitida por lei, ao ser convocado para o envio de planilha e proposta ajustada, as empresas deverão encaminhar:

a) FAPWEB - Fator Acidentário de Prevenção com vigência atualizado. (Vigente no mês anterior a abertura do certame)

b) Relatório da GFIP com protocolo de envio da conectividade social atualizado. (Vigente no mês anterior a abertura do certame)

c) Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCT, bem como Declaração Integrada de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, devidamente acompanhada do protocolo de envio da Receita Federal. (Vigente no mês anterior a abertura do certame).

d) As empresas tributadas pelo Regime do Lucro Real, para efeito de verificação/análise dos percentuais dos tributos PIS e CONFINS, a empresa DEVERÁ apresentar a Escrituração Fiscal Digital (EFD-Contribuições) referentes aos 12 meses anteriores à data da proposta, Registros Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital - Contribuições, juntamente com a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF MENSAL), contendo a relação de débitos apurados e créditos vinculados, todos referentes aos 12 meses antecedentes da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

9.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.7 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.8. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.11.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

e) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

f) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

9.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

9.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

9.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 30. do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

(...)

30 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

30.1 - A empresa deve provar que tem saúde financeira para cumprir o contrato sem riscos.

- 30.2 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa.
- 30.3 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 30.4 - Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo (quando necessário, e de forma justificada, limitado a até 10% do valor estimado da contratação).
- 30.5 - Índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral (opcional, mas comum para garantir a saúde financeira).
- (...)

9.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 31. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

(...)

31 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- As licitantes deverão comprovar capacidade técnica mediante:

- .Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento ou instalação de câmaras frias similares.
- .Equipe habilitada, com profissionais qualificados para instalação e manutenção, comprovados por certificados ou registros profissionais.
- .Assistência técnica disponível durante o período de garantia, com prazo máximo de resposta informado.
- .Certificações que atestem conformidade dos equipamentos com normas técnicas aplicáveis (ABNT, ISO, INMETRO).
- .Capacidade de fornecimento, demonstrando condições logísticas para entrega e instalação das 20 unidades no prazo previsto.

(...)

9.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.17. DAS DECLARAÇÕES:

9.17.1. Poderão as licitantes dispor as seguintes declarações, exclusivamente em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, não sendo necessária a juntada das mesmas com os demais documentos de habilitação/proposta:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- e) Declaração, no sistema, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).
- f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

9.18. Não será necessária a juntada as declarações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.

9.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

10. DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação. Declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

12.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

12.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

12.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no **item 35. e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.**

(...)

35 - DAS SANÇÕES:

35.1 - A LICITANTE está sujeita a aplicação das sanções previstas nos Artigos 155 até 163 da Lei 14.133/21, além daquelas determinadas por legislação específica, decretos e regulamentos;

35.2 - A aplicação das sanções, não exclui, em hipótese alguma a reparação integral do dano causado à Administração Pública;

35.3 - São infrações administrativas - nos termos do Artigo 155 da Lei 14.133/21:

"Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)"

35.4 - As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros;

35.5 - Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais, conforme a tabela abaixo. Importante frisar que a referida tabela elenca apenas as principais situações, não eximindo a contratada de outras que possam surgir e que não estejam previstas, conforme o caso:

Tabela 04

Item	Descrição da Infração:	Grau	Multa*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% por dia
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
4	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
5	Inexecução total do contrato;	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
6	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
8	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
9	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

*** INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA INADIMPLIDA DO CONTRATO.**

35.6 - As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

35.7 - Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

35.8 - As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

35.9 - As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

35.10 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

- 35.11 - As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.
- 35.12 - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou 32.14 - profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
- 35.13 - Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- 35.14 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 35.15 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 35.16 - A recusa injustificada da ADJUDICATÁRIA em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas, além das previstas na legislação vigente;
- 35.17 - Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, a licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente;
- 35.18 - As sanções aqui previstas, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;
- 35.19 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.
- [...]

13.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, **Unidade Gestora SESAU RO**, conforme estabelecido no **item 22, do Termo de Referência – Anexo I deste Edital**.

(...)

22 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

22.1 - Os recursos orçamentários correrão por conta do seguinte PA:

Função Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
17.034.10.122.1015.2087	44.90.52	2.899.0.08104

(...)

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos O: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

15.11. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

15.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

15.13. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

16. DOS ANEXOS:

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Minuta de Contrato;

ANEXO III - SAMS;

ANEXO IV - Quadro Comparativo de Preços;

ANEXO V - Mapa de Risco;

Porto Velho-RO, 28 de maio de 2026.

RIVELINO MORAES DA FONSECA
Pregoeiro da 1ª Comissão de Saúde-SUPEL/RO
Portaria nº 110 de 04 de Maio de 2026
Matrícula n.º *****098



Documento assinado eletronicamente por **Rivelino Moraes da Fonseca, Pregoeiro(a)**, em 28/05/2026, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **72737810** e o código CRC **DA07E1A0**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0002.003603/2025-18

SEI nº 72737810



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA
Gerência Técnica Administrativa Financeira - GTAF/AGEVISA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1. **Unidade Orçamentária:**
1.1.1. Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA - RO
- 1.2. **Departamento:**
1.2.1. Gerência Técnica Administrativa e Financeira - GTAF/AGEVISA

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL:

- 2.1 - Este Termo visa assegurar os melhores resultados possíveis para a referida contratação, sem frustrar o caráter competitivo da sua execução, atendendo e resguardando os interesses da Administração Pública.
- 2.2 - A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- 2.3 - Em observância ao disposto na Lei, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal e pertinente, e aplicando-se as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações, e demais normas regulamentares estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

3. DO OBJETO E OBJETIVO:

- 3.1. **Do Objeto:**
3.1.1. Constitui objeto da presente solicitação a aquisição de Câmaras científicas para vacinas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento para manter a qualidade e eficácia dos imunobiológicos (vacinas).
- 3.2. **Do Objetivo:**
3.2.1. A aquisição dos equipamentos visa fortalecer o Programa Estadual de Imunizações, promovendo resposta rápida, qualificada e efetiva aos serviços de imunizações para o enfrentamento das doenças imunopreveníveis no Estado. Em atendimento as Normas de Rede de Frio do Ministério da Saúde e ao Decreto lei 5452/43 - cumprimento exato de todas as medidas de segurança determinadas por lei para que os imunobiológicos não sejam afetados ou expostos a agentes nocivos. Bem como, eliminando as condições inseguras durante todo o desenvolvimento das ações.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO COMO COMUM:

- 4.1. A aquisição do objeto desta contratação se enquadra na classificação de bem permanente, com base no Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras do governo federal.

5. DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

- 5.1 - A ausência da aquisição da Câmara para Conservação de Imunobiológicos (vacinas) no Plano Anual de Contratação decorre de fatores técnicos e estratégicos, tais como a adequação do equipamento atualmente disponível, visto que não atende plenamente às necessidades de conservação dos imunobiológicos, em razão de sua capacidade ser insuficiente e aboletado, bem como a análise de prioridade frente às demandas estabelecidas para o atendimento do armazenamentos e preservação das vacinas.
- 5.2 - Dessa forma, a ausência da compra neste momento é uma medida deliberada, baseada em critérios técnicos e estratégicos, assegurando a utilização racional dos recursos públicos e a continuidade da qualidade no serviço prestado.
- 5.3 - Assim, solicita-se a autorização para a instauração do processo de contratação, visando à aquisição de Câmara para Conservação de Imunobiológicos (vacinas) compatível com a demanda da AGEVISA/RO, com a devida observância aos critérios técnicos, legais e orçamentários pertinentes.

6. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO PRINCÍPIO DA SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES:

- 6.1 - A contratação observará o princípio da segregação de funções, assegurando que as atividades de planejamento, seleção do fornecedor, gestão e fiscalização contratual sejam desempenhadas por agentes distintos, conforme os ditames da Lei n. 14.131/2021 e do Decreto Estadual n. 28.874, de 2024, de modo a prevenir conflitos de interesse e garantir a lisura do processo.

7. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO:

- 7.1 - Diante da urgência para aquisição dos equipamentos para fomento e aprimoramento das condições de funcionamento das Centrais de Rede de frio no Estado, visando a qualidade e eficácia dos imunobiológicos que é essencial para processo de armazenamento, conservação, manuseio, distribuição e transporte de vacinas do Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde. Um dos objetivos do Programa Nacional de Imunizações é assegurar que todos os imunobiológicos administrados mantenham suas características iniciais. A meta é conferir a eficácia dos produtos, que se deterioram depois de determinado tempo, principalmente quando são expostos as variações de temperatura inadequadas à sua conservação. Nesse sentido, melhorando a capacidade funcional e a distribuição de imunobiológicos nas Centrais de Redes de Frio no Estado de forma a atender as exigências da Instrução Normativa/MS nº 02, de 30/01/2003, no que se refere à gestão de imunobiológicos providos pela FUNASA aos Estados, Distrito Federal e Municípios, no seu capítulo IV, art. 7º, Das responsabilidades, os Estados e Municípios indenização a União quando por culpa ou dolo, comprovadamente, derem causa:

I - não execução das ações de imunizações de que trata esta Instrução Normativa;

II - à perda total ou parcial de imunobiológicos providos, devido a armazenagem, conservação, manipulação e transporte inadequados em relação às orientações técnicas da Funasa.

- 7.2 - Como algumas das novas vacinas exigem condições de armazenamento diferentes do padrão da Cadeia de Frio Brasileira, a exemplo da Pfizer/Comirnaty, foram necessárias algumas adaptações para a conservação nas fases de ultracongelamento e congelamento. Para aplicação na sala de vacinação, estas vacinas são descongeladas e trazidas à temperatura entre 2°C e 8°C, condição em que podem permanecer por até 30 dias. Ocorre que muitas notícias sobre a

conservação destas e de outras vacinas informam que elas “podem ser conservadas em geladeira comum”, para se referir à faixa de temperatura – o que é um erro técnico. Os termos “geladeira comum” ou “geladeira doméstica” nunca devem ser associados à conservação de vacinas, visto que esta prática é proibida pela RDC 197/2017. O armazenamento correto de vacinas deve ser feito em câmaras científicas, regularizadas pelo Ministério da Saúde/ANVISA.

7.3 - A geladeira doméstica representa um risco constante quando armazena vacinas. Sua instabilidade e possíveis desvios de temperatura fazem com que as doses percam a eficácia. Geladeiras comuns não possuem backup de energia, o que provoca a elevação da temperatura em seu interior quando há quedas na rede comercial. Os refrigeradores domésticos possuem ainda outras carências tecnológicas, como a ausência de homogeneidade, monitoramento e controle de temperatura. Como rege a legislação a respeito do transporte e armazenamento de vacinas, os equipamentos para este fim devem, obrigatoriamente, possuir sistema de monitoramento e registro de temperatura, para garantir que não houve nenhuma falha na Cadeia de Frio. Por isso, a RDC 197/2017 proíbe o uso de geladeiras domésticas para armazenar vacinas. Todo serviço de vacinação precisa utilizar câmaras científicas regularizadas pelo Ministério da Saúde/ANVISA.

7.4 - Câmaras científicas para vacinas são equipamentos dotados de tecnologias que asseguram a conservação sob todos os aspectos. Uma parte da tecnologia garante a faixa de temperatura entre 2°C e 8°C, enquanto outra visa a alertar e contornar qualquer intercorrência, além de manter a câmara refrigerando em caso de falta de energia. As chamadas câmaras científicas inteligentes possuem alta conectividade, emitem alertas via celular, efetuam ligações telefônicas automaticamente em casos de risco e podem ser acessadas remotamente para conferência de status e relatórios de performance. Com essa conectividade, os equipamentos científicos podem receber suporte por acesso remoto, diretamente do fabricante, o que mantém válido o registro de cada câmara perante o Ministério da Saúde/ANVISA – a chamada “rastreadibilidade”.

7.5 - A definição do quantitativo de 20 câmaras frias está baseada em planejamento estratégico que visa não apenas atender à demanda atual, mas também preparar a infraestrutura para cenários futuros, considerando:

7.6 - Expansão da Rede de Frio no Estado:

7.6.1 - As 16 unidades adicionais serão destinadas à ampliação das Centrais de Rede de Frio, incluindo:

7.7 - Implantação de novos pontos estratégicos de armazenamento regionalizado;

7.8 - Descentralização da distribuição de imunobiológicos, reduzindo tempo de transporte e riscos de quebra da cadeia de frio;

7.9 - Atendimento a municípios com crescimento populacional ou aumento da demanda por imunização.

7.10 - Reserva técnica e contingencial:

Parte das unidades será mantida como estoque estratégico para substituições emergenciais, garantindo continuidade dos serviços em caso de falhas, manutenção ou eventos imprevistos.

7.11 - Atendimento a campanhas ampliadas de vacinação:

Considerando o histórico recente de campanhas massivas (como COVID-19, influenza e outras), é necessário dispor de capacidade adicional para armazenamento em larga escala, evitando colapsos logísticos.

7.12 - Melhoria da eficiência logística:

A ampliação da capacidade permitirá melhor organização dos fluxos de armazenamento e distribuição, reduzindo perdas e aumentando a eficiência operacional.

7.13 - Padronização e modernização tecnológica:

A aquisição em maior escala possibilita a padronização dos equipamentos, facilitando manutenção, treinamento de equipes e monitoramento, além de garantir conformidade com normas técnicas vigentes.

7.14 - ALINHAMENTO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

7.15 - A presente aquisição está em consonância com os princípios constitucionais e administrativos, especialmente:

7.16 - Economicidade:

7.17 - A compra planejada em maior quantitativo evita aquisições fragmentadas futuras, reduz custos operacionais e logísticos e previne perdas de imunobiológicos.

7.18 - Eficiência:

7.19 - Amplia a capacidade de resposta do sistema de saúde, garantindo maior cobertura vacinal e qualidade na prestação dos serviços.

7.20 - Planejamento:

7.21 - Demonstra visão estratégica da Administração ao antecipar demandas futuras e estruturar adequadamente a Rede de Frio.

7.22 - Transparência:

7.23 - A clara destinação das unidades adicionais evidencia a necessidade real do quantitativo proposto.

7.1 - JUSTIFICATIVA COMPLEMENTAR E PLANEJAMENTO DE RECEPÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMARAS FRIAS:

7.1.1 - Registra-se que o Almoxarifado Central da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA/RO dispõe de condições adequadas para o recebimento, conferência, armazenamento temporário e posterior expedição das 20 (vinte) câmaras frias objeto da presente contratação.

7.1.2 - A unidade conta com infraestrutura física compatível, incluindo área coberta, espaço suficiente para acondicionamento seguro dos equipamentos, controle de acesso, bem como condições ambientais adequadas à preservação da integridade dos bens até sua destinação final. No que se refere à infraestrutura elétrica, o almoxarifado encontra-se devidamente dimensionado para suportar eventuais necessidades de energização dos equipamentos durante testes, conferência técnica ou armazenamento transitório, dispondo de rede elétrica regular, com capacidade instalada compatível e dispositivos de proteção.

7.1.3 - Adicionalmente, a AGEVISA/RO possui rotinas operacionais estabelecidas para recebimento, registro patrimonial, controle de estoque e logística de distribuição, garantindo rastreabilidade e adequada gestão dos bens adquiridos.

7.1.4 - No tocante à distribuição, será adotado plano previamente estruturado, contemplando a destinação das 20 (vinte) câmaras frias às unidades da rede estadual de frios, com base em critérios técnicos como demanda assistencial, capacidade de armazenamento existente, localização geográfica e necessidade de fortalecimento da cadeia de frio. A distribuição será realizada de forma escalonada, conforme cronograma logístico a ser definido pela área técnica competente, assegurando eficiência na alocação dos equipamentos e evitando descontinuidade no funcionamento dos serviços.

7.1.5 - Ressalta-se que as unidades destinatárias serão previamente avaliadas quanto à sua capacidade de instalação e operação dos equipamentos, especialmente no que se refere à infraestrutura física e elétrica, de modo a garantir a plena funcionalidade das câmaras frias após sua entrega.

7.1.6 - A adoção dessas medidas evidencia o adequado planejamento da contratação, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, mitigando riscos na fase de execução contratual e assegurando a efetiva utilização dos equipamentos no âmbito da saúde pública estadual.

8. DO DETALHAMENTO DO PLANO DE DISTRIBUIÇÃO DAS CÂMARAS FRIAS

8.1 - O plano de distribuição das 20 (vinte) câmaras frias será executado de forma estratégica, com vistas ao fortalecimento da rede de frios no Estado de Rondônia, contemplando os municípios de Porto Velho, Ariquemes, Cacoal e Vilhena, considerados polos regionais de armazenamento e distribuição de imunobiológicos.

8.2 - A alocação dos equipamentos observará critérios técnicos previamente definidos pela área competente da AGEVISA/RO, levando em consideração a demanda assistencial, a capacidade instalada existente, a abrangência territorial e a relevância logística de cada município no contexto da rede estadual de frios.

8.3 - A distribuição preliminar das câmaras frias está assim planejada:

QUADRO RESUMO DE DISTRIBUIÇÃO:

MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE CÂMARAS FRIAS	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
PORTO VELHO	07	Capital do Estado, maior demanda assistencial, central logística da rede de frios.
ARIQUEMES	02	Polo regional do Vale do Jamari, apoio logístico a municípios adjacentes.
CACOAL	02	Referência assistencial da região central, cobertura de municípios circunvizinhos.
VILHENA	02	Polo estratégico do Cone Sul, suporte a regiões distantes.
ROLIM MOURA	02	Referência assistencial da Zona da Mata, apoio a municípios vizinhos.
JI-PARANA	05	Polo central com alta demanda e função de redistribuição regional

8.4 - A distribuição será realizada de forma escalonada, observando as seguintes etapas:

- I – recebimento e conferência dos equipamentos no almoxarifado central da AGEVISA/RO;
- II – registro patrimonial e verificação técnica;
- III – transporte até as unidades destinatárias;
- IV – instalação dos equipamentos;
- V – testes de funcionamento e validação operacional.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

9.1 - A solução proposta consiste na aquisição e instalação de 20 (vinte) Câmaras frias destinadas ao armazenamento de imunobiológicos e insumos termossensíveis da Rede de Frio de Porto Velho/RO. Cada câmara fria deverá ser equipada com sistema de refrigeração industrial de operação contínua, controle automático de temperatura, isolamento térmico adequado, monitoramento ininterrupto com registro eletrônico e alarmes para variações fora dos limites estabelecidos.

9.2 - A solução compreende o fornecimento completo dos equipamentos, sua instalação, testes de funcionamento, calibração, entrega técnica e treinamento básico para a equipe responsável. O conjunto das câmaras frias ampliará a capacidade de conservação da Rede de Frio, garantindo condições seguras, eficiência energética e confiabilidade operacional necessárias para o cumprimento das atividades desenvolvidas pela AGEVISA/RO

10. DAS QUANTIDADES:

10.1 - A quantidade solicitada tem como base a necessidade atual da AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, conforme quadro abaixo:

Tabela 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS (vacinas), com SISTEMA DE EMERGÊNCIA (BATERIA). O sistema de emergência (bateria) é para controlar a tensão elétrica na falta ou na instabilidade, mantendo a refrigeração adequada (temperatura entre +2°C e +8°C) dos imunobiológicos. A bateria deve vir integrada ao gabinete da câmara com autonomia mínima de 36 horas na falta ou na instabilidade da energia elétrica. Equipada com 4 rodízios giratórios de silicone/látex com freio na parte frontal para travamento. Capacidade mínima de 560 litros. Tipo vertical, porta de vidro duplo com sistema anti-embaçante, fechamento automático com vedação de perfil magnético, sistema de travamento com chave ou senha, unidade de refrigeração compactada e silenciosa, sistema de aquecimento para dias frios e de resfriamento para dias quentes, compressor de baixo consumo de energia, isolamento térmico em poliuretano injetado, espessura mínima de 70 mm, gabinete externo de aço tratado para evitar corrosão, câmara interna em aço inoxidável, com no mínimo 6 prateleiras ou gavetas totalmente construídas em aço inoxidável, perfuradas e deslizantes, degelo automático com evaporação, sistema de iluminação interna do gabinete por LED, com acionamento automático na abertura de porta e mediante comando do usuário com porta fechada, painel de comando com display LCD ou LED na parte superior do equipamento com apresentação das informações em português da temperatura de momento, máxima e mínima (em °C), chave geral liga/desliga localizada no painel principal, silenciador do alarme sonoro, funcionamento BIVOLT 127/220 VOLTS 50/60 Hz, sistema de discagem para notificação de alteração da temperatura selecionada e falta de energia elétrica, no mínimo três números de telefone selecionáveis, Capacidade mínima de armazenamento de dados: registro da temperatura de momento, máxima e mínima em intervalos de 5 minutos, período mínimo de 30 dias de gravação ininterruptos com salvamento automático, admissível equipamento similar ou superior. Deve vir acompanhado do "Manual de Instruções em português" fixado em local visível e seguro contendo procedimentos para acionamento da garantia e assistência técnica no Estado. Garantia mínima de 12 meses, equipamento regularizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), certificado de calibração por laboratório acreditado	UMA	20

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
	pelo INMETRO/Rede Brasileira de Calibração para as temperaturas de set point (5°C), mínima (2°C) e máxima (8°C). Qualificação térmica do equipamento conforme recomendações do Inmetro (QI, QO e QD, de instalação, operação e desempenho, respectivamente), frete deverá estar incluído no valor unitário total do item. Quaisquer necessidades de transporte até entrega final será de responsabilidade da contratada, correndo todas as despesas decorrentes por sua inteira responsabilidade, a entrega só será considerada finalizada no momento da abertura da caixa, na presença de técnico qualificado da Empresa vencedora e da Contratante, quando deverá ser efetuado check list das características técnicas contidas no Edital e de funcionamento do equipamento com devida instalação, treinamento dos usuários. A entrega deverá ser ajustada entre as partes: contratada e contratante. O não cumprimento da agenda poderá ocasionar cancelamento do contrato.		

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	18027	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS	UMA	20

11 - RAZÕES DA ESTIMATIVA:

11.1 - Para a definição dos quantitativos referentes à aquisição de câmaras frias destinadas ao atendimento das demandas da Agência Estadual de Vigilância em Saúde – AGEVISA/RO, foi realizada estimativa prévia fundamentada em critérios técnicos, conforme dispõe o art. 6º, incisos XIII e XXIII, alínea “i”, da Lei Federal nº 14.133/2021, e o art. 3º, §4º, combinado com o art. 42, inciso I, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

11.2 - Em conformidade com o art. 6º, XIII e XXIII, “i”, da Lei 14.133/2021, e com o art. 3º, §4º, e art. 42, I, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, apresenta-se a memória de cálculo referente à definição dos quantitativos para a aquisição de novas câmaras frias.

12 - INFRAESTRUTURA ATUAL:

LOCALIZAÇÃO: REDE DE FRIOS DE PORTO VELHO - RO		
CÂMARA FRIA	SITUAÇÃO	PROBLEMA IDENTIFICADO
Câmara 1	Insuficiente / Obsoleta	Baixa eficiência, falhas constantes
Câmara 2	Insuficiente / Obsoleta	Não comporta aumento de demanda
Câmara 3	Insuficiente / Obsoleta	Alto consumo de energia
Câmara 4	Insuficiente / Obsoleta	Manutenção recorrente, risco de perda de estoque.

12.1 - As 4 câmaras existentes são insuficientes e apresentam desgaste estrutural.

12.2 - A substituição por equipamentos novos, mais eficientes e de maior capacidade, garante a continuidade operacional.

12.3 - A nova aquisição atende integralmente às necessidades de armazenamento, reduz custos com manutenção e elimina riscos sanitários.

QUADRO -DA ESTIMATIVA DA COMPRA/AQUISIÇÃO (ATUAL)			
EQUIPAAMENTO	CAPACIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE	FINALIDADE
AQUISIÇÃO DE CÂMARAS FRIAS	<u>560 litros</u>	20	Para Armanenar Produtos Refrigerados

12.4 - A aquisição proposta de 20 (vinte) câmaras frias fundamenta-se na necessidade real e comprovada de substituição das 4 câmaras frias atualmente existentes, que não atendem mais às exigências operacionais, sanitárias e de segurança dos produtos armazenados.

12.5 - A estimativa apresentada atende plenamente às normas vigentes e garante a racionalidade, economicidade e eficiência do processo de contratação.

13 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

13.1 - O valor estimado para a pretensa contratação será determinado pela pesquisa de preços que será efetuada no mercado pela Coordenadoria de Pesquisas e Análise de Preços/CPEAP da Superintendência Estadual de Compras e Licitações/SUPEL.

13.2 - O Artigo 60º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, de 25/01/2024, que Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre estimativa de valor para a contratação de bens e serviços em geral, bem como para a aferição da vantajosidade econômica das adesões a atas de registro de preços e das prorrogações contratuais no âmbito do Poder Executivo Estaduais, compreendendo os órgãos da Administração Direta, os fundos, as fundações e as autarquias, observadas a pluralidade e a diversidade de fontes de pesquisa.

Art. 60º A estimativa de valor da contratação deverá ser realizada pelo órgão ou entidade responsável pela centralização das contratações na Administração Estadual, nos casos em que se pretenda a contratação de bens e serviços que atendam necessidades comuns nos termos do art. 31, ou, nos demais casos, pelos respectivos órgãos ou entidades responsáveis pela contratação, admitindo-se auxílio dos demais órgãos e entidades.

13.3 - Assim, como meio de se chegar ao valor estimado de mercado, utilizamos os valores das cotações de preços realizados pela SUPEL - RO, conforme documento (68300469).

13.4 - Deste modo, segue a Planilha de Composição de Custos e Formação de Preços:

Objeto: Aquisição de câmaras frias para atendimento às atividades da AGEVISA/RO

Valor Global da Contratação: R\$ 324.696,60

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS (vacinas), com SISTEMA DE EMERGÊNCIA (BATERIA). O sistema de emergência (bateria) é para controlar a tensão elétrica na falta ou na instabilidade, mantendo a refrigeração adequada (temperatura entre +2°C e +8°C) dos imunobiológicos. A bateria deve vir integrada ao gabinete da câmara com autonomia mínima de 36 horas na falta ou na instabilidade da energia elétrica. Equipada com 4 rodízios giratórios de silicone/látex com freio na parte frontal para travamento. <u>Capacidade mínima de 560 litros.</u>	UMA	20	R\$ 16.234,83	R\$ 324.696,60

14 - DA ESTIMATIVA DA DESPESA:

14.1 - A estimativa de despesa foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando os seguintes parâmetros:

14.2 - Consulta a sites de fornecedores e revendedores especializados;

14.3 - Pesquisas de preços em contratos similares realizados por outros órgãos da Administração Pública;

14.4 - Utilização de sistemas oficiais como o Pannel de Preços do Governo Federal, ComprasNet e Catálogos Eletrônicos.

14.5 - A média dos preços coletados resultou na estimativa de despesa conforme discriminado abaixo:

14.6 - Os valores apresentados são meramente estimativos e visam subsidiar a adequada instrução do processo licitatório, não representando obrigatoriedade de aquisição nas quantidades ou valores indicados.

15 - DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO:**15.1 - Do Local:**

15.2 - Os equipamentos devem ser entregues no almoxarifado da AGEVISA, localizado na rua Bela Nº 4691, bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76.820-403, na cidade de Porto Velho, Rondônia, CNPJ: 07.864.604/0001-25 no horário de 7h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

15.3 - Caso não haja expediente na data marcada, ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente.

15.4 - Dos Prazos:

15.4.1 - A entrega dos bens deverá ocorrer no prazo de 90 (noventa) dias corridos, a partir da data do recebimento da Nota de Empenho.

15.4.2 - A comissão de recebimento emitirá "Termo de Recebimento Definitivo" após a entrega mediante análise específica que comprove sua conformidade com os padrões estabelecidos no presente Termo de Referência.

15.4.3 - A entrega/instalação ocorrerá da seguinte forma: primeiro o recebimento da nota de empenho, após esse recebimento a empresa tem 05 (cinco) dias para apresentação do cronograma de entrega dos equipamentos no Almoxarifado para devido tombamento e as instalações dos equipamentos nas unidades, tendo como base o prazo estabelecido no item 15.4.1.

15.5 - Condições de Recebimento:

15.5.1 - Os equipamentos/materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas e demais disposições constantes no Termo de Referência, não sendo permitido a Comissão, receber os equipamentos fora das especificações pré-definidas.

15.5.6 - O objeto deverá ser indiscutivelmente novo e sem uso. Deverão estar acondicionados em embalagem própria conforme ao fabricante, garantindo sua integridade.

15.6 - Do recebimento:

15.6.1 - Será de inteira responsabilidade da AGEVISA os procedimentos de recebimento dos materiais, por Comissão de Recebimento inserida na sua estrutura, conforme art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b", Lei Federal nº 14.133/21:

a) Provisoriamente: imediatamente depois de efetuada a entrega, no prazo de até 10 (dez) dias corridos para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações. O recebimento supra referido dar-se-á através de recibo apostado na nota fiscal quando da sua entrega;

b) Definitivamente: depois de concluída a vistoria e encerrado o prazo de observação, que não poderá exceder 10 (dez) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação;

c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou instrumento contratual;

15.6.2 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização e/ou acompanhamento pelo órgão interessado, na Lei Nº 14.133/2021.

16 - GARANTIA:

16.1 - Quanto à garantia dos equipamentos ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

16.2 - A empresa vencedora deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, funcionamento e instalação, contados a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

16.3 - Durante o período de garantia:

- A contratada será responsável por todos os custos de reparo ou substituição de peças defeituosas, incluindo mão de obra, transporte e materiais necessários.
- O atendimento deverá ser prestado em até 5 (cinco) dias úteis após a comunicação formal da AGEVISA/RO, garantindo a plena operacionalidade dos equipamentos.

- Caso o equipamento apresente defeito recorrente ou não seja possível o reparo adequado, deverá ser substituído por outro novo, de igual ou superior especificação, sem ônus adicional para a Administração.
- A garantia não se aplicará em casos de mau uso comprovado ou danos decorrentes de causas externas não relacionadas ao equipamento.

16.4 - A contratada deverá disponibilizar assistência técnica autorizada no Estado de Rondônia, com equipe qualificada e peças originais, assegurando a continuidade do funcionamento das câmaras frias.

17 - SEGURO DO CONTRATO:

17.1 - A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual e até o recebimento definitivo do objeto, seguros compatíveis com a execução do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, cobrindo, no mínimo:

17.2 - Danos materiais às câmaras frias e seus componentes;

17.3 - Danos decorrentes de falhas na montagem ou instalação;

17.4 - Responsabilidade civil por danos pessoais e materiais causados a terceiros.

17.5 - A Administração não responderá por quaisquer sinistros ocorridos durante a execução do contrato, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada a contratação e manutenção dos seguros, devendo a comprovação ser apresentada sempre que solicitada.

18 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

18.1 - A gestão e fiscalização do contrato decorrente da aquisição de **20 (vinte) câmaras frias**, destinadas à AGEVISA/RO, serão realizadas em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, observando-se os princípios da eficiência, controle e transparência.

18.2 - A execução do objeto será acompanhada por servidor(es) designado(s) como fiscal(is) do contrato, competindo-lhes verificar o cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à entrega, instalação (quando aplicável), funcionamento e conformidade técnica dos equipamentos com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

18.3 - Compete ao fiscal acompanhar a execução, verificar a conformidade dos equipamentos, atestar o recebimento e registrar eventuais ocorrências.

18.4 - O recebimento ocorrerá em caráter provisório e definitivo, após conferência e verificação do pleno funcionamento dos equipamentos.

18.5 - A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos, bem como sanar eventuais irregularidades identificadas durante a execução.

19 - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

19.1 - Objeto: Aquisição de 20 câmaras frias – AGEVISA/RO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	BANCO PREÇO 1	BANCO PREÇO 2	BANCO PREÇO 3	BANCO PREÇO 4	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/202	ATA DE DE PR 055,
01	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS (vacinas), com SISTEMA DE EMERGÊNCIA (BATERIA).	UMA	20	R\$ 15.400,00	R\$ 15.600,00	R\$ 17.784,00	R\$ 18.350,00	R\$ 14.375,00	R\$ 15

19.2 - OBSERVAÇÕES:

- Valores baseados em pesquisa de preço e Atas de Registro de Preços de órgãos públicos;
- Custos incluem fornecimento completo, podendo contemplar entrega e instalação;
- Percentuais podem ser ajustados conforme proposta do fornecedor;
- Planilha atende aos princípios da economicidade e transparência (Lei nº 14.133/2021).

20 - DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:

20.1. A contratação decorrente deste Termo de Referência será formalizada por meio de Instrumento Contratual, a ser firmado entre a Agência Estadual de Vigilância em Saúde – AGEVISA/RO e a empresa vencedora do certame, conforme disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

20.2 - A vigência do contrato decorrente deste Termo de Referência será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação conforme disposições dispostas nos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o art. 42, XVII, e o art. 172 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

20.3. O contrato terá por objeto a aquisição de vinte (20) câmaras frias, incluindo entrega, instalação, testes de funcionamento e treinamento operacional, destinados ao atendimento das necessidades estruturais e operacionais da AGEVISA/RO.

20.4. O Instrumento Contratual estipulará as condições essenciais para a execução do objeto, contemplando, entre outros:

- obrigações da contratada e da Administração;
- prazos de entrega, instalação e início de operação;
- garantias exigidas para os equipamentos fornecidos;
- condições de pagamento;
- critérios de recebimento provisório e definitivo;
- penalidades por inadimplemento;
- regras de manutenção e assistência técnica, quando aplicáveis.

20.5. A assinatura do Instrumento Contratual ficará condicionada à comprovação, pela empresa vencedora, de regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos previstos no edital.

20.6. O contrato somente produzirá efeitos após sua assinatura pelas partes e publicação do extrato no Diário Oficial, obedecidas as formalidades legais.

20.7 - Do Reajuste de Preços:

20.8 - Para a presente contratação, o reajuste de preços observará o disposto nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21- PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO:

21.1 - O adjudicatário deverá assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal pela Administração, prorrogável uma única vez, por igual período, mediante justificativa aceita, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

22 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

22.1 - Os recursos orçamentários correrão por conta do seguinte PA:

Função Programática	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
17.034.10.122.1015.2087	44.90.52	2.899.0.08104

23- DO PAGAMENTO:

(Base legal: art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/2024)

23.1. O pagamento será efetuado por ordem bancária em conta corrente da Contratada, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e das seguintes certidões, devidamente atualizadas, desde que a documentação da empresa esteja devidamente regularizada. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou a documentação não esteja regularizada, a contagem dar-se á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação:

23.2. a) Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a ributos Federais e à Dívida Ativa da União;

23.3. b) Comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede da Contratante, relativa a tributos estaduais;

23.4. c) Comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal com Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da Contratante;

23.5. d) Comprovação de regularidade com a Justiça do Trabalho com Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

23.6. e) De regularidade com o FGTS, com Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, omprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

23.7. A contratada fará constar no documento fiscal, além das especificações e quantitativos do objeto, o número da NOTA DE EMPENHO, o NÚMERO DO PROCESSO, e as informações relativas aos seus dados bancários para pagamento do faturamento.

23.8. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas as partes não controvertidas no prazo fixado para pagamento;

23.9. Fica ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas, devidamente justificada, caso em que a Contratante contará com o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, para efetuar a análise, ficando o respectivo pagamento a ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias.

23.10. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da(s) Contratada(s), a AGEVISA - RO reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas nos art. 162 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

23.11. Qualquer atraso ocorrido, por parte da Contratada, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

23.12. Os eventuais encargos financeiros decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

23.13. A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

23.14. A administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada quando legalmente exigidos.

23.15. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

ONDE: EM = ENCARGOS MORATÓRIOS;

N = NÚMERO DE DIAS ENTRE A DATA PREVISTA PARA O PAGAMENTO E A DO EFETIVO PAGAMENTO;

VP = VALOR DA PARCELA EM ATRASO;

I = ÍNDICE DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA = 0,00016438, ASSIM, APURADO:

$$I = 1/365 \text{ I} = (6/100)/365 \text{ I} = 0,00016438$$

ONDE I = TAXA PERCENTUAL ANUAL NO VALOR DE 6%

24- DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA:

24.1 - Fica expressamente vedada a subcontratação de qualquer parte do objeto deste contrato, não sendo necessária ou permitida a utilização de terceiros para a execução dos serviços ou fornecimento de bens, salvo em casos excepcionais, desde que devidamente justificados e autorizados pela Administração Pública, conforme as disposições legais aplicáveis. (§2º do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021).

25 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E SUAS CONDIÇÕES:

25.1 - Na proposta deverão constar o preço unitário em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais e preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguros, fretes, serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer;

25.2 - Sempre que possível deve constar também PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTE/FOLHETO TÉCNICO EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE OS DISPONIBILIZEM, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens;

25.3 - O prazo de validade das propostas deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias;

25.4 - A proposta deverá conter descrição do serviço observadas as mesmas especificações constantes no Termo de Referência, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e total detalhados em planilha;

25.5 - O valor apresentado na proposta deverá incluir todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxas de administração, encargos sociais, trabalhistas, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência, nada mais sendo válido pleitear a esse

título.

26 - MÉTODO DE DISPUTA:

26.1 - O certame será conduzido pelo método de disputa aberto, de forma eletrônica, com apresentação de lances públicos e sucessivos, nos termos do art. 56, inciso I, e art. 31, inciso I, da Lei nº 14.133/2021

27 - MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

27.1 - A contratação será realizada por meio da modalidade pregão eletrônico, nos termos do art. 18, inciso VIII, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 42, inciso XIII, do Decreto Estadual n. 28.874/2024, considerando a natureza do objeto, o valor estimado da contratação e a necessidade de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

28- PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA SOB A FORMA DE CONSÓRCIO:

28.1 - Fica expressamente vedada a participação, direta ou indireta, de empresa sob forma de consórcio na presente licitação para aquisição de câmaras frias. Somente poderão participar empresa individualmente constituídas, em plena regularidade legal e fiscal, habilitadas nos termos deste edital.

29 - DA HABILITAÇÃO:**29.1 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

29.2 - A empresa precisa provar que existe legalmente e pode participar da licitação.

29.3 - Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

29.4 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que esteja operando no país.

29.5 - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que comprove a regularidade perante a Receita Federal.

29.6 - DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

29.6.1 - A empresa precisa comprovar que está em dia com suas obrigações fiscais e trabalhistas:

29.6.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver.

29.6.3 - Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

29.6.4 - Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio da empresa.

29.6.5 - Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

29.6.6 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

30 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

30.1 - A empresa deve provar que tem saúde financeira para cumprir o contrato sem riscos.

30.2 - Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

30.3 - Certidão negativa de falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, emitida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

30.4 - Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo (quando necessário, e de forma justificada, limitado a até 10% do valor estimado da contratação).

30.5 - Índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral (opcional, mas comum para garantir a saúde financeira).

31 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

31.1 - As licitantes deverão comprovar capacidade técnica mediante:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento ou instalação de câmaras frias similares.
- Equipe habilitada, com profissionais qualificados para instalação e manutenção, comprovados por certificados ou registros profissionais.
- Assistência técnica disponível durante o período de garantia, com prazo máximo de resposta informado.
- Certificações que atestem conformidade dos equipamentos com normas técnicas aplicáveis (ABNT, ISO, INMETRO).
- Capacidade de fornecimento, demonstrando condições logísticas para entrega e instalação das 20 unidades no prazo previsto.

32 - OUTRAS DECLARAÇÕES:

32.1 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (art. 67, VI da Lei 14.133/2021).

32.2 - Inexistência de proibição de contratar com a administração - certidão negativa da controladoria geral do estado (CAGEFIMP).

33 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

33.1 - A CONTRATANTE deverá comunicar imediatamente a CONTRATADA, quando no acompanhamento, qualquer irregularidade for verificada na execução da entrega do bem;

33.2 - A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a entrega do bem, por meio dos servidores como representantes da administração nos termos da Lei nº 14.133, exigindo seu fiel e total cumprimento;

33.3 - A CONTRATANTE fiscalizará a entrega do bem contratado e verificará o cumprimento das especificações solicitadas, no todo ou em parte, no sentido de corresponderem ao desejado ou especificado;

33.4 - A CONTRATANTE fiscalizará o bem adquirido, contudo, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste instrumento;

33.5 - A CONTRATANTE deverá proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar a entrega do bem dentro das normas estabelecidas neste Termo de Referência;

33.6 - A CONTRATANTE prestará as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATADA a qualquer tempo;

33.7 - A ausência de comunicação por parte da AGEVISA, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Termo de Referência;

33.8 - A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA, somente após o RELATÓRIO apresentado pela COMISSÃO DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS nomeada através da portaria VIGENTE;

33.9 - A CONTRATANTE só efetuará o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecido na Nota de Empenho ou no Contrato;

34 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/FORNECEDOR:

34.1 - Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da futura Contratada, também se incluem os dispositivos a seguir:

34.1.1 A empresa contratada, deverá comunicar verbalmente no prazo de 03 (três) dias úteis e, por escrito, no prazo de 06 (seis) dias úteis, quaisquer alterações ou acontecimento que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Termo Contratual, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou força maior.

34.2. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente as especificações técnicas e os prazos constantes desse termo de referência;

34.3. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua notificação

34.4. Entregar o (s) objeto (s) adjudicado (s) conforme descrito neste Termo.

34.5. Substituir dentro 5 (cinco) dias úteis, as câmaras frias após notificação formal desta AGEVISA, que estiverem em desacordo com as especificações contidas no presente Termo de Referência ou que apresentarem vício de qualidade.

34.6. A CONTRATADA deverá arcar com todos os encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, tais como impostos, taxas e multas resultantes da execução dos serviços, previstos na legislação vigente;

34.7. A CONTRATADA deverá comunicar de imediato, à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução de entrega dos bens;

34.8. A CONTRATADA deverá informar e garantir a realização da entrega dos bens de acordo com a proposta apresentada;

34.9. Responsabilizar-se por danos causados diretamente a administração ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo desta responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do contratante.

34.10 - A CONTRATADA deverá informar e garantir a entrega de acordo com a necessidade apresentada pela Equipe Técnica da AGEVISA - RO;

34.11. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a entrega do objeto, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

34.12. Prestarem todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da contratante, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

34.13. Recebidos o objeto, nos termos acima, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal, vier a se constatar incompatibilidade com as especificações, proceder-se-á a sua substituição imediata;

34.14. Caso, a qualquer tempo a CONTRATANTE ou a CONTRATADA, sejam favorecidas com benefícios fiscais, isenções e/ou reduções tributárias, as vantagens auferidas refletirão numa redução do preço;

34.15. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no TR, nos termos da lei 14.133/2021.

34.16. Exigência de aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

34.17 - Obrigação da contratada de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados

35 - DAS SANÇÕES:

35.1 - A LICITANTE está sujeita a aplicação das sanções previstas nos Artigos 155 até 163 da Lei 14.133/21, além daquelas determinadas por legislação específica, decretos e regulamentos;

35.2 - A aplicação das sanções, não exclui, em hipótese alguma a reparação integral do dano causado à Administração Pública;

35.3 - São infrações administrativas - nos termos do Artigo 155 da Lei 14.133/21:

"Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)"

35.4 - As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros;

35.5 - Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos percentuais, conforme a tabela abaixo. Importante frisar que a referida tabela elenca apenas as principais situações, não eximindo a contratada de outras que possam surgir e que não estejam previstas, conforme o caso:

Tabela 04

Item	Descrição da Infração:	Grau	Multa*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
2	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% por dia
3	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
4	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia

5	Inexecução total do contrato;	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
6	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% por dia
8	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
9	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

*** INCIDENTE SOBRE O VALOR DA PARCELA INADIMPLIDA DO CONTRATO.**

35.6 - As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

35.7 - Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

35.8 - As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

35.9 - As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

35.10 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

35.11 - As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.

35.12 - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou 32.14 - profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação;

35.13 - Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

35.14 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

35.15 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

35.16 - A recusa injustificada da ADJUDICATÁRIA em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas, além das previstas na legislação vigente;

35.17 - Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, a licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente;

35.18 - As sanções aqui previstas, também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública;

35.19 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

36 - DA GARANTIA:

36.1 - O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

36.2 - Garantia de fábrica de no mínimo 12 (doze) meses contra defeitos (vícios redibitórios) no que diz respeito a falhas ou defeitos ocultos existente no objeto passível de o tornarem impróprio ao uso a que se destina ou lhe diminuir sensivelmente o valor, de tal modo que o ato negocial não se realizaria se esses defeitos fossem conhecidos.

36.3 - Quanto da garantia oferecida pelo fabricante irá prevalecer à garantia oferecida pelo fabricante se esta for superior aos 12 (doze) meses de garantia mínima exigida.

36.4 - O prazo para substituição dos itens danificados, que estejam dentro do prazo de garantia, será de no máximo de 30 (trinta) dias.

37 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

37.1 - Nos termos do art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o objeto será parcelado por se mostrar técnica e economicamente viável.

37.2 - A contratação refere-se à aquisição de 20 (vinte) câmaras frias, cujas unidades são independentes entre si, permitindo o fornecimento por mais de um contratado, sem prejuízo à padronização, instalação ou garantia dos equipamentos.

37.3 - O parcelamento visa ampliar a competitividade e possibilitar a participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Estadual nº 21.675/2017.

37.4 - Dessa forma, o objeto será dividido em:

- cota principal (até 75%) – ampla concorrência;

- cota reservada (até 25%) – destinada à participação exclusiva de ME/EPP/MEI.

37.5 - O parcelamento não configura fracionamento indevido, mas medida que visa maior eficiência, competitividade e vantajosidade para a Administração.

38 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

38.1 - Critério de julgamento das propostas será de MENOR PREÇO (POR ITEM), em conformidade com o Art 33 inciso I da lei 14.133/2021 e suas alterações. A empresa interessada deverá apresentar a proposta detalhada, contendo o valor individual e total do serviço a ser prestado.

38.2 - Para um maior entendimento a respeito do Bem/Serviço Comum, segue uma transcrição do Parecer nº 20/CONSU/CMA/PRF3/PGF/AGU nº 432/2014:

"Bens e serviços comuns são produtos cuja a escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. São encontráveis facilmente no mercado. São exemplos de bens comuns: caneta, lápis, borrachas, papéis, mesa, cadeiras, veículos, aparelho de ar refrigerado, etc e de execução de serviços: confecção de chaves, manutenção de veículos, colocação

de piso, troca de azulejos, pintura de parede, etc. O bem ou serviço será comum quando for possível estabelecer para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto".

38.3 - Diante do exposto, o objeto do Termo de Referência trata-se de Um Bem Comum.

39 - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

39.1 - No fornecimento do objeto, se for o caso, a CONTRATADA deverá adotar os critérios de sustentabilidade ambiental, conforme disposições constantes no art. 5º da Lei 14.133/2021.

40 - DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

40.1 - Fica reservado a cota destinada Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Estadual nº 21.675/2017.

41- EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS, EXAME DE CONFORMIDADE OU PROVA DE CONCEITO:

41.1 - Não será exigida a apresentação de amostras, prova de conceito, exame de conformidade ou outros testes prévios, uma vez que as especificações do objeto estão suficientemente detalhadas, sendo a verificação de conformidade realizada por meio da documentação apresentada e no recebimento do objeto, conforme legislação aplicável.

42 - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

42.1 - Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, faculta-se à Administração a substituição do instrumento contratual por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de fornecimento, desde que não resultem em obrigação futura ou assistência técnica, não ensejando, portanto, a necessidade de anexar a respectiva Minuta ao Edital, tampouco desconsiderando as responsabilidades já compromissadas e de tais documentos, inclusive com relação à garantia contra defeitos de fabricação.

42.2 - O Cancelamento da Nota de Empenho poderá ter lugar, de pleno direito se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação; ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica

43 - CASOS OMISSOS:

43.1 - Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

43.2. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando - se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

44- DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOA FÍSICA NA LICITAÇÃO:

44.1 - Afastamos a possibilidade de participação de pessoa física na licitação devido à natureza do objeto, tornando impossível de ser executado por pessoal física.

45 - DO FORO:

45.1 - As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho/RO, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, I, alínea d, da Constituição Federal.

Vânia do Socorro Cavalcante

Gerente Técnica Administrativa e Financeira GTAF/AGEVISA-RO

CEL.BM Gilvander Gregório de Lima

Diretor Geral AGEVISA - RO



Documento assinado eletronicamente por **VANIA DO SOCORRO CAVALCANTE, Gerente**, em 06/05/2026, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilvander Gregorio de Lima, Diretor(a)**, em 06/05/2026, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71543928** e o código CRC **A13DC96B**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0002.003603/2025-18

SEI nº 71543928

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA

Gerência Técnica Administrativa Financeira - AGEVISA-GTAF

MINUTA DE CONTRATO**MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2026/AGEVISA-RO**

CONTRATO ADMINISTRATIVO que entre si celebram o **ESTADO DE RONDÔNIA**, por intermédio da **AGÊNCIA ESTADUAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE – AGEVISA/RO**, e a empresa _____, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição de 20 (vinte) câmaras frias, com fornecimento, transporte, instalação (quando aplicável) e garantia, conforme especificações constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo administrativo nº _____.

A aquisição dos equipamentos visa fortalecer o Programa Estadual de Imunizações, promovendo resposta rápida, qualificada e efetiva aos serviços de imunizações para o enfrentamento das doenças imunopreveníveis no Estado. Em atendimento as Normas de Rede de Frio do Ministério da Saúde e ao Decreto lei 5452/43 - cumprimento exato de todas as medidas de segurança determinadas por lei para que os imunobiológicos não sejam afetados ou expostos a agentes nocivos

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto será executado sob o regime de fornecimento integral, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

0.1. O valor do presente CONTRATO é **R\$ ()**, de acordo com a Declaração de Adequação Financeira (id.), Proposta da Contratada (id.) e Nota de Empenho (id.).

0.2. As despesas decorrentes para a contratação de empresa no fornecimento de câmaras frias, objeto do presente instrumento, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA, conforme consta na Nota de Empenho (id.):

0.3. **Cód. U.O.:** 17034; **Unidade Gestora:** 170034 - Agência Estadual de Vigilância e Saúde; **Programa de Trabalho:** ; **Fontes:** ; **Elemento de Despesa:** 4490.52 - EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE, conforme NE (id.).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes correrão à conta da seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: _____

Programa de Trabalho: _____

Natureza da Despesa: _____**Fonte de Recursos:** _____

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTOAs regras acerca do pagamento são as estabelecidas no item 9 do Termo de Referência.

O pagamento será efetuado mensalmente, após entrega na sede da CONTRATANTE da fatura dos serviços relativos ao mês anterior, acompanhado do relatório de serviços realizados nos equipamentos e/ou outros serviços.

Deverão ser apresentadas na sede da CONTRATANTE as Notas Fiscais/Faturas, mensalmente, emitidas em 02 (duas) vias, devendo conter no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição do objeto, o número do Contrato e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 10 (dez) dia após a apresentação. Na hipótese das Notas Fiscais/Fatura apresentarem erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a CONTRATANTE poderá pagar apenas a parcela não controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da CONTRATADA de reapresentar, para cobrança as partes controvertidas com as devidas justificativas, nestes casos a CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar uma análise e o pagamento;

Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento.

É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, apresentação de prova de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com a Fazenda Municipal, Estadual e Federal, bem como com a Justiça do Trabalho;

Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da CONTRATADA, a CONTRATANTE reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas no instrumento convocatório da licitação concordando com os artigos da Lei N°. 14.133/21;

Na hipótese de atraso no pagamento das notas fiscais/faturas, os seus valores serão corrigidos monetariamente, a partir da data de início do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, alcançando ao ano 12% (doze por cento), conforme o art. 406 do Código Civil. Entende-se por atraso o prazo de exceder 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS

A contratada deverá cumprir:

Entrega dos equipamentos em até **30 (trinta) dias**,

Recebimento provisório imediato;

Recebimento definitivo em até **10 (dez) dias úteis**, após verificação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A execução será acompanhada por fiscal designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe atestar o cumprimento das obrigações e registrar ocorrências.

CLÁUSULA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCO

Os riscos relacionados ao transporte, entrega, integridade e funcionamento do objeto são de responsabilidade da contratada até o recebimento definitivo.

CLÁUSULA NONA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Eventuais pedidos de reequilíbrio serão analisados no prazo de até 30 (trinta) dias, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A contratação resultante deste objeto, no que couber reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11/09/90.

No momento da convocação com vistas à celebração do contrato, para fiel execução dos compromissos aqui ajustados a CONTRATADA prestará prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, como previsto no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

A garantia acima citada deverá ser apresentada ao setor de contratos desta AGEVISA, no momento da convocação da empresa vencedora com vistas a celebração do contrato.

A caução prestada pela CONTRATADA será restituída após o término do contrato com a devida atualização do valor, desde que seja realizada mediante depósito em espécie, em conformidade com o art. 56, § 4º, da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DO OBJETO

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, com assistência técnica e substituição de peças defeituosas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

Da Contratada:

- Executar o objeto contratual, consistente na **aquisição e entrega de 20 (vinte) câmaras frias**, em conformidade com o Termo de Referência e proposta apresentada;
- II – Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento;
- III – Realizar a entrega (e instalação, quando aplicável) dentro do prazo estabelecido;
- IV – Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e integridade dos equipamentos até o recebimento definitivo;
- V – Garantir a qualidade dos produtos, prestando assistência técnica durante o período de garantia;
- VI – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo estipulado, qualquer item com defeito ou em desacordo;
- VII – Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- VIII – Cumprir as normas legais, técnicas e de segurança aplicáveis;
- IX – Comunicar à CONTRATANTE quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução;
- X – Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros;
- XI – Cumprir as exigências legais relativas à inclusão de pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes.

Da Contratante:

- I – Executar o objeto do contrato, consistente na **aquisição e entrega de 20 (vinte) câmaras frias**, em conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- II – Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento;
- III – Cumprir os prazos de entrega estabelecidos;
- IV – Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e integridade dos equipamentos até o recebimento definitivo;

- V – Garantir a qualidade dos produtos fornecidos, assegurando assistência técnica durante o período de garantia;
- VI – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, quaisquer equipamentos que apresentem defeitos ou desconformidades;
- VII – Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- VIII – Comunicar formalmente à CONTRATANTE quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução do contrato;
- IX – Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros;
- X – Cumprir as normas legais, técnicas e de segurança aplicáveis;
- XI – Cumprir as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial:

As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no item 14 do Termo de Referência.

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 a 159, da Lei N° 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo ainda a CONTRATANTE proceder à cobrança judicial da multa.

As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à CONTRATANTE.

A CONTRATANTE poderá, ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções constantes na Lei n° 14.133/21, segundo a gravidade da falta cometida:

Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao fornecimento das matérias, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

b) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 05 (cinco) anos;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

O valor correspondente a qualquer multa aplicada à CONTRATADA, respeitando o princípio do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, na conta bancária da CONTRATANTE, em favor da Agência Estadual de Vigilância e Saúde - AGEVISA/RO, ficando à CONTRATADA obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado, sob pena das seguintes sanções:

Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente;

No caso da CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito;

Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente;

As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto a CONTRATANTE, decorrente das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO LOCAL E ENTREGA

O objeto conforme indicados no Termo de Referência (), será entregue na sede da AGEVISA-RO, sito **Av. Farquar, no 2986, Bairro: Pedrinhas - Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470 Palácio Rio Madeira Complexo Rio Jamari Curvo a direita, 2º Andar**, nas Gerencias Técnicas, Gerencia Financeira, Unidades e setores pertencentes a AGEVISA-RO, no horário de 07h30 às 13h30.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO

O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (dode) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração Pública, desde que haja interesse de ambas as partes, em consonância com o art. 51, da Lei nº 8.245/1991.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO.

Porto Velho/RO, ____ de _____ de 2026.

CONTRATANTE – AGEVISA/RO

CONTRATADA

NOME DO ASSINANTE

Cargo/Função



Documento assinado eletronicamente por **VANIA DO SOCORRO CAVALCANTE, Gerente**, em 16/04/2026, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71216403** e o código CRC **1D5D7A97**.

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA

Gerência Técnica Administrativa Financeira - AGEVISA-GTAF

SAMS**Órgão Requisitante:** Agência Estadual de Vigilância em Saúde/AGEVISA-RO**Processo nº** 0002.003603/2025-18**Fonte:** 2.899.0.08104**P/A:** 17.034.10.122.1015.2087**Elemento de despesa:**

44.90.52

Exposição de Motivos: aquisição de **Câmaras científicas para vacinas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento para manter a qualidade e eficácia dos imunobiológicos (vacinas).

Item	Especificação	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor total
1	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS (vacinas), com SISTEMA DE EMERGÊNCIA (BATERIA). O sistema de emergência (bateria) é para controlar a tensão elétrica na falta ou na instabilidade, mantendo a refrigeração adequada (temperatura entre +2°C e +8°C) dos imunobiológicos. A bateria deve vir integrada ao gabinete da câmara com autonomia mínima de 36 horas na falta ou na instabilidade da energia elétrica. Equipada com 4 rodízios giratórios de silicone/látex com freio na parte frontal para travamento. <u>Capacidade máxima de 600 litros.</u> Tipo vertical, porta de vidro duplo com sistema anti-embaçante, fechamento automático com vedação de perfil magnético, sistema de travamento com chave ou senha, unidade de refrigeração compactada e silenciosa, sistema de aquecimento para dias frios e de resfriamento para dias quentes, compressor de baixo consumo de energia, isolamento térmico em poliuretano injetado, espessura mínima de 70 mm, gabinete externo de aço tratado para evitar corrosão, câmara interna em aço inoxidável, com no mínimo 6 prateleiras ou gavetas totalmente construídas em aço inoxidável, perfuradas e deslizantes, degelo automático com evaporação, sistema de iluminação interna do gabinete por LED, com acionamento automático na abertura de porta e mediante comando do usuário com porta fechada, painel de comando com display LCD ou LED na parte superior do equipamento com apresentação das informações em português da temperatura de momento, máxima e mínima (em °C), chave geral liga/desliga localizada no painel principal, silenciador do alarme sonoro, funcionamento BIVOLT 127/220 VOLTS 50/60 Hz, sistema de discagem para notificação de alteração da temperatura selecionada e falta de energia elétrica, no mínimo três números de telefone selecionáveis, Capacidade mínima de armazenamento de dados: registro da temperatura de momento, máxima e mínima em intervalos de 5 minutos, período mínimo de 30 dias de gravação ininterruptos com salvamento automático, admissível equipamento similar ou superior. Deve vir acompanhado do "Manual de Instruções em português" fixado em local visível e	20	Unidade		

seguro contendo procedimentos para acionamento da garantia e assistência técnica no Estado. Garantia mínima de 12 meses, equipamento regularizado junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), certificado de calibração por laboratório acreditado pelo INMETRO/Rede Brasileira de Calibração para as temperaturas de set point (5°C), mínima (2°C) e máxima (8°C). Qualificação térmica do equipamento conforme recomendações do Inmetro (QI, QO e QD, de instalação, operação e desempenho, respectivamente), frete deverá estar incluído no valor unitário total do item. Quaisquer necessidades de transporte até entrega final será de responsabilidade da contratada, correndo todas as despesas decorrentes por sua inteira responsabilidade, a entrega só será considerada finalizada no momento da abertura da caixa, na presença de técnico qualificado da Empresa vencedora e da Contratante, quando deverá ser efetuado check list das características técnicas contidas no Edital e de funcionamento do equipamento com devida instalação, treinamento dos usuários. A entrega deverá ser ajustada entre as partes: contratada e contratante. O não cumprimento da agenda poderá ocasionar cancelamento do contrato.								
Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela cotação da Empresa:	USO EXCLUSIVO DA AGEVISA	Valor da Proposta:				
	Data:	Fone:		Validade Proposta:				
	Banco:	Assinatura:		Prazo de Entrega:				
	Agência:							
C/C:								
Observação: 1) Os órgãos requisitantes devem enviar além da via do processo, mais 3 (três) vias desta Solicitação e Aquisição de Materiais e Serviços. 2) Quanto a Solicitação contiver mais de 10 (dez) itens, enviar em anexo ao Processo, disquete ou CD-R com as informações. 3) As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, os seguintes documentos: CERTIDÕES NEGATIVAS ou CERTIDÕES POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO junto ao INSS, FGTS, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, TRIBUTOS FEDERAIS, TRIBUTOS ESTADUAIS E TRIBUTOS MUNICIPAIS.								

VÂNIA DO SOCORRO CAVALCANTE

Gerente Técnica Administrativa e Financeira GTAF/AGEVISA-RO



Documento assinado eletronicamente por **VANIA DO SOCORRO CAVALCANTE, Gerente**, em 04/11/2025, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0065183655** e o código CRC **7DB795E4**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA ME/EPP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	BANCO DE PREÇOS 1	BANCO DE PREÇOS 2	BANCO DE PREÇOS 3	BANCO DE PREÇOS 4	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2025	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/20252	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO- COTA ME/EPP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL [F + G]
1	CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS (vacinas), com SISTEMA DE EMERGÊNCIA (BATERIA).	UNID	20	5	15	R\$ 15.400,00	R\$ 15.600,00	R\$ 17.784,00	R\$ 18.350,00	R\$ 14.375,00	R\$ 15.900,00	14.375,00	R\$ 16.234,83	15.750,00	1.519,63	9,36%	MÉDIO	R\$ 81.174,15	R\$ 243.522,45	R\$ 324.696,60
NOTA EXPLICATIVA: IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES												VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP						R\$ -		
												VALOR TOTAL COTA ME/EPP						R\$ 81.174,15		
												VALOR TOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA						R\$ 243.522,45		
												VALOR TOTAL						R\$ 324.696,60		
		EMP1	BANCO DE PREÇOS																	
		EMP2	BANCO DE PREÇOS																	
		EMP3	BANCO DE PREÇOS																	
		EMP4	BANCO DE PREÇOS																	
		EMP5	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº133/2025																	
		EMP6	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2025																	
1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência (0066743997).																				



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia - AGEVISA

Gerência Técnica Administrativa Financeira - AGEVISA-GTAF

MAPA DE RISCO

FASE DE ANÁLISE

Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

RISCO 01 – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	<input type="checkbox"/> ALTA
Impacto:	<input checked="" type="checkbox"/> BAIXA	<input type="checkbox"/> MÉDIA	
DANO			
Atraso no procedimento licitatório			

Item	Ação Preventiva	Responsável
01	Análise pormenorizada dos itens exigidos no Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei.	Equipe de Planejamento
02	Especificar o objeto de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Equipe de Planejamento
03	Observar atentamente as regulamentações da Lei n. 14.133/21 na condução do processo administrativo	Equipe de Planejamento
Item	Ação de Contingência	Responsável
01	Tomar as providências necessárias ao saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação.	Equipe de Planejamento

RISCO 02 – LICITAÇÃO RESULTA SEM VENCEDOR HABILITADO

Probabilidade:	(X) BAIXA () MÉDIA () ALTA
Impacto:	(X) BAIXA () MÉDIA

DANO

	Atraso no procedimento licitatório	
	Ação Preventiva	Responsável
01	Verificar as exigências solicitadas pelo Órgão Central de Licitação e analisar se encontram-se compatíveis com as normas da Lei de Licitações	Equipe de Planejamento
02	Dar ampla publicidade ao edital	Órgão Central de Licitação

RISCO 03 – ESTIMATIVA DE PREÇO EM DESCOMPASO COM OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO
--

Probabilidade:	(X) BAIXA () MÉDIA () ALTA
Impacto:	() BAIXA (X) MÉDIA () ALTA

DANO

	Licitação deserta (descontinuidade do serviço) ou contratação por preço elevado	
	Ação Preventiva	Responsável
01	Realizar extensa e adequada pesquisa de mercado	Equipe de Planejamento
	Ação de Contingência	Responsável
01	No caso de preço elevado, deve o pregoeiro negociar a redução dos	Pregoeiro

	valores propostos, tendo como parâmetro os valores do contrato atual.	
FASE DE ANÁLISE		

RISCO 04 – CONTRATADA DEIXA DE ATENDER AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS/TÉCNICAS PARA PRESTAR O SERVIÇO

Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> BAIXA <input type="checkbox"/> MÉDIA <input type="checkbox"/> ALTA
Impacto:	<input type="checkbox"/> BAIXA <input checked="" type="checkbox"/> MÉDIA <input type="checkbox"/> ALTA

DANO

Possibilidade de inexecução e rescisão do contrato, prejudicando a conclusão do serviço		
	Ação Preventiva	Responsável
01	Prestar especial atenção na análise da documentação da empresa que atesta sua habilitação econômica, financeira e técnica.	Pregoeiro
02	Fiscalizar o contrato, atentando para a devida qualidade técnica na realização das atividades e para a manutenção das condições de contratação exigidas na habilitação.	Gestor ou Fiscais do Contrato
	Ação de Contingência	Responsável
01	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas	Gestor ou Fiscais do Contrato
02	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade	Gestor ou Fiscais do Contrato
03	Aplicação de penalidades	Gestor do Contrato
RISCO 05 – SERVIÇO PRESTADO OU OBJETO ENTREGUE DE FORMA INSATISFATÓRIA/DEFICIENTE		

Probabilidade:	(X) BAIXA	() MÉDIA	() ALTA
Impacto:	() BAIXA	(X) MÉDIA	() ALTA
DANO			
01	Interferência na qualidade dos serviços prestados ou entrega do objeto a Unidade Demandante		
02	Descumprimento das cláusulas contratuais		
03	Interrupção dos serviços prestados ou entrega do bem a Unidade Demandante.		
Item	Ação Preventiva	Responsável	
01	Estabelecer comunicação com a empresa, informando de maneira clara como devem ser executados os serviços ou entregue o bem, inclusive com o nível de qualidade esperado, de forma a garantir que a empresa tenha plena ciência e conhecimento do resultado a ser entregue	Gestor ou Fiscais do Contrato	
Item	Ação de Contingência	Responsável	
01	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas	Gestor ou Fiscais do Contrato	
02	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade	Gestor ou Fiscais do Contrato	
03	Aplicação de penalidades	Gerente Administrativo e Financeiro	
BASE LEGAL: ARTIGO 18, INCISO X, LEI N. 14.133/21			
RESPONSÁVEIS			
Nome		Matrícula	Função/Cargo
Vania do Socorro Cavalcante			Gerente



Documento assinado eletronicamente por **VANIA DO SOCORRO CAVALCANTE, Gerente**, em 23/12/2025, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **67654415** e o código CRC **F79D6F5B**.

Referência: Caso responda este(a) Mapa de Risco, indicar expressamente o Processo nº 0002.003603/2025-18

SEI nº 67654415